

**Pronunciamento do Vice Presidente da FIESP, João Guilherme Sabino Ometto, no 9º Forum de Economia da FGV, em 17/09/2012.**

O Brasil não pode esperar mais. Os problemas e gargalos estruturais estão todos à mostra, pedindo soluções urgentes. O país precisa de medidas eficientes, rápidas, corajosas, consistentes e abrangentes. Medidas que não sejam apenas pontuais.

E não existe momento mais propício do que este para juntarmos forças em prol de uma nova estratégia para o desenvolvimento do país. É possível um acordo nacional amplo. Governos, empresários e trabalhadores têm se falado e se entendido cada vez melhor. O diálogo é franco, diferenças já foram superadas e podemos avançar mais. O momento de deixar para trás o provisório, para abraçar uma estratégia nova, consistente e duradoura, é agora!

Precisamos reverter urgentemente o processo de desindustrialização da economia brasileira, que teve início em 1985 e fez a participação da indústria de transformação no PIB cair de 27,2% naquele ano para 14,6% em 2011. As causas dessa queda violenta, de quase 50%, todos nós conhecemos bem. Ela se chama, apropriadamente, custo Brasil.

Convivemos por muito tempo com uma taxa de câmbio apreciada, que conduziu o país a um ambiente macroeconômico desfavorável ao desenvolvimento industrial.

Enfrentamos custos energéticos altíssimos e gargalos logísticos que, além de também elevarem custos, comprometem toda a nossa produtividade e investimentos. E, para piorar o cenário, enfrentamos a concorrência de produtos importados que, ao invés de gerar empregos e renda aqui, abrem vagas de trabalho em outros países. Não há competitividade que resista a tanta adversidade.

Mas vamos observar um pouco mais detalhadamente o custo Brasil. Hoje o Brasil tem a quarta maior taxa de juros nominais, de 7,5%, e a quinta maior taxa de juros reais do mundo, de 1,8%. Temos de nos submeter ao maior spread bancário do mundo, de 26,9% ao ano, enquanto países como Rússia e México convivem com taxas abaixo de 4%. A carga tributária anual da economia brasileira, de 36% do PIB, é elevadíssima e muito mal distribuída. Como se explica que a indústria, com uma participação de 14,6% no PIB, contribua com 37,4% da arrecadação?

E há mais contas a se fazer. As deficiências na infraestrutura logística do país representam um custo total direto e indireto de 1,8% nos preços dos produtos da indústria de transformação. E temos outro número relevante: em 2009, o total dos encargos sociais nos custos da indústria brasileira de transformação com mão de obra foi de 32,4%, mais que o dobro de Taiwan, onde foi de 14,7%, e maior que na Argentina, Coreia do Sul e México, onde os percentuais atingiram, respectivamente, 17% nos dois primeiros e 27%.

Então, repito, não há como se instalar um ambiente de competitividade num cenário tão adverso como esse. A indústria brasileira quer reverter esse quadro e está pronta

para fazer isso. Da porta para dentro, nossas fábricas são modernas, possuem excelentes profissionais e estão equipadas com tecnologias de última geração.

Os pacotes econômicos lançados nos últimos meses pelo governo têm trazido algum alívio. Eles não são suficientes para a grande virada que a nossa economia precisa, mas é possível enxergar um horizonte, porque o governo age na direção certa. Na semana passada a presidenta Dilma anunciou a redução do custo da energia elétrica, uma bandeira que a FIESP ergueu há mais de um ano e que beneficia todos os brasileiros. A energia mais barata será um dos pilares do resgate da indústria brasileira de transformação com a mais absoluta certeza.

Mas temos necessidade de algo maior. E por isso, indústria e trabalhadores têm uma missão importante: precisam convencer todos os demais setores da sociedade que é possível, sim, criar um ambiente econômico que gere crescimento – e isso significa mais empregos, mais renda e uma qualidade de vida melhor para todos os brasileiros.

Que todos os nossos esforços sigam nessa direção.